



**ANDRADE
GUTIERREZ**

PARTICIPAÇÕES

2024

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas para o exercício findo em 31
de dezembro

Andrade Gutierrez Participações S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Marcio Magno
Diretor Centro de Gestão
marcio.magno@agnet.com.br

Phillip Lima
Gerente de Contabilidade
phillip.lima@agnet.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	13
4. SEGMENTOS	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
7. IMPOSTOS A RECUPERAR.....	15
8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	16
9. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	19
10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	21
11. DEBÊNTURES A PAGAR	21
11.1. Política contábil	21
11.2. Composição	22
12. PARTES RELACIONADAS.....	24
13. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	25
14. OUTROS PASSIVOS.....	25
15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	26
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
16.1. Capital Social	27
17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	28
18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO	29
19. RESULTADO FINANCEIRO	29
20. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	29
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31
22. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA	34
23. EVENTOS SUBSEQUENTES	34

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos:

Acionistas e Administradores da

Andrade Gutierrez Participações S.A.

Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Andrade Gutierrez Participações S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas da **Andrade Gutierrez Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 12, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase da investida em conjunto

Continuidade operacional – Beira Rio

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que a investida em conjunto – Beira Rio não tem obtido resultados suficientes para manter seu equilíbrio financeiro. Portanto, o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas deve ser interpretado à luz desse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2025.



Alexandre Cardoso Freitas
CRC – MG-060.762/O-4

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.091	5.949	3.103	5.961
Títulos e valores mobiliários	6	182.016	176.241	182.016	176.241
Impostos a recuperar	7	1.329	2.407	1.358	2.436
Outros ativos circulantes		67	142	69	144
Total do ativo circulante		186.503	184.739	186.546	184.782
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	469.564	571.617	469.564	571.617
Créditos com partes relacionadas	12	266.495	252.472	266.493	252.472
Bloqueios e depósitos judiciais		181	181	181	181
Tributos sobre o lucro		-	-	2.448	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo		16.204	16.204	16.204	16.205
Total do realizável a longo prazo		752.444	840.474	754.890	840.475
Investimentos em Controladas e Controladas em Conjunto	8	58.950	82.351	56.530	82.351
Imobilizado		38	38	38	38
Direitos de uso de arrendamentos	9	1.359	111	1.359	111
Total do ativo não circulante		812.791	922.974	812.817	922.975
Total do ativo		999.294	1.107.713	999.363	1.107.757
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		545	625	582	663
Debêntures a pagar	11	35.169	35.765	35.169	35.765
Passivos de arrendamentos	9	1.409	126	1.409	126
Salários, provisões e obrigações sociais		432	915	432	915
Impostos e contribuições a recolher	10	26.975	80.480	26.978	80.483
Outros passivos circulantes	14	41.426	39.910	41.426	39.910
Total do passivo circulante		105.956	157.821	105.996	157.862
Não circulante					
Debêntures a pagar	11	247.515	243.602	247.515	243.602
Impostos e contribuições a recolher	10	145.925	289.187	145.927	289.188
Débitos com partes relacionadas	12	3.846	3.978	3.873	3.981
Provisão para perdas em investimentos	8	999	753	999	751
Outros passivos circulantes	14	19.104	34.184	19.104	34.185
Total do passivo não circulante		417.389	571.704	417.418	571.707
Patrimônio líquido					
Capital social	16	2.377	2.377	2.377	2.377
Ações em tesouraria		(85)	(85)	(85)	(85)
Resultados acumulados		486.855	389.094	486.855	389.094
Outros resultados abrangentes		(13.198)	(13.198)	(13.198)	(13.198)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas		475.949	378.188	475.949	378.188
Total do patrimônio líquido		475.949	378.188	475.949	378.188
Total do passivo e patrimônio líquido		999.294	1.107.713	999.363	1.107.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(8.057)	(31.951)	(8.085)	(31.975)
Resultado de equivalência patrimonial	8	443.903	(11.869)	(26.069)	(11.845)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	18	(3)	(35.702)	(3)	(35.702)
		435.843	(79.522)	(34.157)	(79.522)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		435.843	(79.522)	(34.157)	(79.522)
Resultado financeiro, líquido	19	29.583	53.003	29.583	53.003
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		465.426	(26.519)	(4.574)	(26.519)
Tributos sobre o lucro					
Corrente		-	-	-	-
Diferido	15	246.291	-	716.291	-
		246.291	-	716.291	-
Resultado líquido do exercício		711.717	(26.519)	711.717	(26.519)
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas:					
Ação ordinária - em R\$	20	0,5163	(0,0192)	-	-
Ação preferencial - em R\$		0,5679	(0,0212)	-	-
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas:					
Ação ordinária - em R\$	20	0,4686	(0,0174)	-	-
Ação preferencial - em R\$		0,5311	(0,0027)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	711.717	(26.519)
Outros resultado abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	711.717	(26.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Resultados acumulados						Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Retenção de lucros	Resultados acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.377	(85)	475	2.377	412.761	-	(13.198)	404.707
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(26.519)	-	(26.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.377	(85)	475	2.377	412.761	(26.519)	(13.198)	378.188
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	711.717	-	711.717
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(613.956)	-	(613.956)
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	-	71.242	(71.242)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.377	(85)	475	2.377	484.003	-	(13.198)	475.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do exercício		711.717	(26.519)	711.717	(26.519)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	17	1.264	1.178	1.264	1.178
Juros de arrendamento/ empréstimos e variações cambiais líquidas		23.568	24.750	23.568	24.750
Equivalência patrimonial	8	(443.903)	11.869	26.069	11.845
Constituição de provisão para riscos, líquidas	13	-	(27)	-	(27)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(246.291)	-	(716.291)	-
		46.355	11.251	46.327	11.227
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Impostos a recuperar		1.078	(188)	1.078	(188)
Outros ativos		75	(871)	76	(871)
		1.153	(1.059)	1.154	(1.059)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		(80)	(68)	(81)	(43)
Salários, provisões e obrigações sociais		(483)	17.286	(483)	17.286
Impostos e contribuições a recolher		(96.882)	(14.225)	517.077	(14.225)
Outros passivos		(13.564)	52.611	(627.521)	52.611
		(111.009)	55.604	(111.008)	55.629
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(63.501)	65.796	(63.527)	65.797
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Títulos e valores mobiliários		96.278	29.328	96.278	29.328
Aquisições de Investimento/Aumento de capital em investidas		-	(35.740)	-	(35.740)
Transações com empresas ligadas, líquido		(14.155)	(33.517)	(14.129)	(33.517)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		82.123	(39.929)	82.149	(39.929)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Pagamento de principal das obrigações de financiamentos	11	(2.358)	(5.295)	(2.358)	(5.295)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	11	(17.729)	(33.367)	(17.729)	(33.367)
Pagamento de passivos de arrendamentos	9	(1.313)	(96)	(1.313)	(96)
Pagamento de juros de arrendamentos	9	(80)	-	(80)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(21.480)	(38.758)	(21.480)	(38.758)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(2.858)	(12.891)	(2.858)	(12.890)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.949	18.840	5.961	18.851
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.091	5.949	3.103	5.961
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(2.858)	(12.891)	(2.858)	(12.890)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andrade Gutierrez Participações S.A. (“Companhia” ou “AGPAR”), com sede em Belo Horizonte – MG, é uma holding cujo objetivo principal é a participação no capital de Companhias que atuam na concessão de serviços públicos e/ou privados, atuando na definição de estratégias e no monitoramento de resultados.

Em razão de sua natureza societária, a Companhia possui uma estrutura patrimonial distinta das Companhias operacionais, administrando seu capital com foco na continuidade das atividades e na geração de valor para os acionistas e *stakeholders*. A gestão da estrutura de capital busca o equilíbrio do endividamento, considerando a conjuntura atual e as expectativas de resultados futuros. Adicionalmente, a Companhia pode avaliar a possibilidade de suporte financeiro por parte de outras sociedades do Grupo AG, conforme a necessidade e o contexto econômico.

Segmentos de atuação

Em 31 de dezembro de 2024, as áreas de investimento da Companhia, independentes entre si e cada qual responsável pela condução de seus respectivos interesses, estão estruturadas em quatro segmentos: Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos; Madeira Energia; Arenas; e Outros.

Informações adicionais sobre os investimentos da Companhia, segregados pelos segmentos de atuação, estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

No exercício de 2024, não ocorreram alterações na estrutura e composição dos segmentos de atuação da Companhia em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros mensurados aos seus valores, valores justos no final de cada exercício de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e sua controlada leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de abril de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (“R\$”). Todos os valores apresentados em Reais nestas demonstrações estão arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares, salvo se especificado de outra forma).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data de avaliação em que os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7:** Trata da perda por redução ao valor recuperável e da realização de ativos, bem como da avaliação do risco de inadimplência para constituição da perda esperada sobre saldos de clientes;
- **Nota explicativa 13:** Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 15:** Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

2.4. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados.

2.5. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

2.5.1. Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo AG decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição da alteração
CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Esta revisão atualiza o CPC 18 para alinhar-se às alterações internacionais, fornecendo orientações sobre a aplicação do método da equivalência patrimonial em investimentos em coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto.
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A ICPC 09 foi revisada para sua terceira versão, abordando Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Esta revisão busca esclarecer e orientar sobre a aplicação desses conceitos conforme as normas internacionais.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A OCPC 10 fornece diretrizes sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO). Esta orientação é relevante para entidades envolvidas em atividades relacionadas a mercados de carbono e sustentabilidade.
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	A revisão buscou alinhar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais, além de trazer maior clareza e aprimorar a apresentação das informações nas demonstrações financeiras.
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	Aplicação de novos requisitos de divulgação de acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixas e exposição ao risco de liquidez das empresas. Para a entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Adicionalmente, inclui a alteração da divulgação de um passivo com cláusulas de covenants cujo cumprimento é até a data do balanço.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A AGPAR pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis. Introduce três categorias definidas para receitas e despesas: Operacionais, de investimento e de financiamento.
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover orientação sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R3) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e inclui a demonstração financeira da investida controlada pela Companhia, listada abaixo:

	Controladas	País	Atividade principal	Participação societária (%)	
				31/12/2024	31/12/2023
Controlada direta					
AGC Energia S.A.		Brasil	Holding	100,00	100,00

O controle é estabelecido quando a Companhia tem o poder de direcionar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para obter benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da companhia controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias; e
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

4. SEGMENTOS

As informações por segmento são apresentadas em relação aos negócios e participações da Companhia que foram definidas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os valores de ativos, passivos, receitas, despesas e patrimônio líquido atribuíveis a cada segmento estão evidenciados na Nota Explicativa nº 8.4.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Política contábil

Este conjunto compreende os saldos em espécie nas contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, geralmente com vencimento inferior a três meses. Esses ativos são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e apresentam risco insignificante de variação de valor.

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	408	359	420	371
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	2.683	5.590	2.683	5.590
	3.091	5.949	3.103	5.961

(a) A composição das aplicações financeiras de liquidez imediata é assim apresentada:

Controladora e Consolidado	Taxas médias ponderadas (a.a)		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Moeda nacional				
Fundo de investimento	DI + 100,00%	DI + 100,00%	2.683	5.557
Operações compromissadas	-	DI + 80,00%	-	33
			2.683	5.590

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1. Política contábil

A prática da Companhia e de suas controladas, em relação aos títulos e valores mobiliários é pautada, principalmente pela intenção de manter esses títulos a longo prazo, visando o recebimento dos fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos consistem, predominantemente, no pagamento de principal e juros, em conformidade com as orientações contábeis aplicáveis.

6.2. Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Debênture privada (a)	650.337	730.854
Certificado de Depósito Bancário (b)	1.243	17.004
	651.580	747.858
Circulante	182.016	176.241
Não Circulante	469.564	571.617
	651.580	747.858

(a) Refere-se a 715.000 cotas (setecentos e quinze mil) debêntures emitidas., pelo valor nominal de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) cada uma, sendo: (i) 460.000 (quatrocentos e sessenta mil) debêntures da primeira série, com vencimento em 28 de outubro de 2027 e remuneração de 125% da taxa DI a.a.; e (ii) 255.000 (duzentas e cinquenta e cinco mil) debêntures da segunda série, com vencimento em 15 de outubro de 2030 e remuneração de TJLP + 2,5% a.a.

Em 2024, a Companhia e à coligada Andrade Gutierrez Engenharia S.A., na qualidade de detentora das debêntures e emissora, respectivamente, repactuaram o indicador de atualização da primeira série. Essa repactuação foi baseada na aplicação de técnicas de avaliação amplamente reconhecidas pelo mercado, considerando os seguintes critérios: (i) taxas de juros vigentes e praticadas pelo mercado; (ii) risco de crédito da Companhia; e (iii) outros fatores relevantes. O efeito desse ajuste, no valor de R\$ 108.111, foi reconhecido diretamente no resultado do exercício, vide nota explicativa nº.19.

(b) Refere-se a valor de aplicação financeira, exigido contratualmente, vinculado à 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 11.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

7.1. Política contábil

Nesta rubrica, são reconhecidos os saldos de créditos tributários a recuperar, que têm origem, principalmente, em: (i) em retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras; (ii) antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores. A Companhia e sua controlada reconhecem os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e quando o referido imposto é retido pela Instituição Financeira.

7.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IR Retido na fonte	1.329	2.407	1.358	2.436
	1.329	2.407	1.358	2.436

Os créditos tributários são considerados realizáveis pela Administração no curso normal de suas operações.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

8.1. Política contábil

Para fins destas demonstrações financeiras, as participações detidas pela Companhia são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia classifica uma investida como controlada quando detém o poder de influenciar, de forma unilateral, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

Controladas em conjunto são investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, exigindo consenso para que as decisões estratégicas sejam aprovadas.

Para fins de apresentação, a Companhia reconhece as participações societárias líquidas positivas como “Investimentos” e quando a participação societária em um investimento resulta em valor negativo, o valor do investimento é registrado como “Provisão para perdas em investimentos”.

Ágios

Os ágios decorrentes da aquisição de participações societárias têm como fundamento a expectativa de rentabilidade futura das Companhias investidas.

Esses ativos são classificados como de vida útil indefinida e, conforme previsto no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não são amortizados. No entanto, seu valor recuperável é testado anualmente ou sempre que houver indícios de perda por desvalorização, nos termos do item 10 do referido pronunciamento.

8.2. Relação das investidas e principais informações

As investidas da Companhia, bem como o país de origem, ramo de atividade e percentual de participação, está demonstrado a seguir:

Controladora	Companhias investidas	País	Atividade principal	31/12/2024			31/12/2024		31/12/2023			31/12/2023	
				Participação	Patrimônio Líquido	Investimento	Resultado do exercício	Equivalência	Participação	Patrimônio Líquido	Investimento	Resultado do exercício	Equivalência
Controladas													
	AGC Energia S.A.	Brasil	Holding	100,00%	2.420	2.420	469.974	469.974	100,00%	(2)	(2)	(23)	(23)
Controladas em conjunto													
	COR - Cia Operadora de Rodovias	Brasil	Holding	33,33%	(2.997)	(999)	(744)	(248)	33,33%	(2.253)	(751)	(936)	699
	Evolua Energia Participações S.A.	Brasil	Holding	33,33%	132.574	52.087	(50.880)	(16.958)	33,33%	183.447	69.043	(14.160)	(7.321)
	SAAG Investimentos S.A.	Brasil	Holding	16,58%	11.476	1.903	364	60	16,58%	11.114	1.843	3.822	630
	SPE Holding Beira-Rio S.A	Brasil	Holding	50,00%	5.080	2.540	(17.850)	(8.925)	50,00%	22.930	11.465	(11.709)	(5.854)

8.3. Movimentação dos saldos de investimento

O resumo das informações financeiras das investimentos, em 31 de dezembro de 2024, pode ser assim demonstrado:

	31/12/2023			Movimentação do exercício		31/12/2024		31/12/2024		31/12/2024	
	Investimento líquido das investidas	Dividendos	Equivalência	Investimento líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos	Investimento líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos			
Controladas											
	(2)	(467.550)	469.972	2.420	2.420	-	-	-			
Total das controladas	(2)	(467.550)	469.972	2.420	2.420						
Controladas em conjunto											
	(751)	-	(248)	(999)	-	(999)	-	(999)			
	69.043	-	(16.956)	52.087	52.087	-	-	-			
	1.843	-	60	1.903	1.903	-	-	-			
	11.465	-	(8.925)	2.540	2.540	-	-	-			
Total das controladas em conjunto (Consolidado)	81.600	-	(26.069)	55.531	56.530			(999)			
Total da controladora	81.598	(467.550)	443.903	57.951	58.950			(999)			

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária a controlada direta AGC Energia S.A. deliberou a distribuição de dividendos à conta da reserva de lucros acumulados no valor de R\$ 467.550, que foi pago ao acionista mediante a transferência de crédito de tributos diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal

	31/12/2022	Movimentação do exercício			31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
	Investimento líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Ganho na variação do % de participação (resultado)	Equivalência	Investimento líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos
Controladas							
AGC Energia S.A.	21	-	-	(24)	(2)	-	(2)
Total das controladas	21	-	-	(24)	(2)	-	(2)
Controladas em conjunto							
COR - Cia Operadora de Rodovias	(1.450)	-	-	699	(751)	-	(751)
Evolua Energia Participações S.A.	24.608	37.093	14.662	(7.321)	69.042	69.042	-
SAAG Investimentos S.A.	1.213	-	-	630	1.843	1.843	-
SPE Holding Beira-Rio S.A	2.579	14.740	-	(5.853)	11.466	11.466	-
Total das controladas em conjunto (Consolidado)	26.950	51.833	14.662	(11.845)	81.600	82.351	(751)
Total da controladora	26.971	51.833	14.662	(11.869)	81.598	82.351	(753)

8.4. Informações relevantes sobre os investimentos

As informações sobre os saldos de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado das investidas estão apresentadas a seguir:

	Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos	Segmento Energia	Segmento Arenas	Segmento Outros	
	Companhia Operadora de Rodovias - COR	SAAG	SPE Holding Beira-Rio S.A.	AGC Energia S.A.	Evolua
Informações das investidas					
Ativo total	1.805	11.816	186.684	2.489	209.161
Passivo total	4.802	340	181.604	69	76.587
Capital social	50	1.176.055	414.094	42	141.293
Patrimônio líquido	(2.997)	11.476	5.080	2.420	132.574
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(745)	363	(17.850)	469.972	(50.874)
Outras informações da Companhia					
Participação no capital social da investida (%)	33,33%	16,58%	50,00%	100,00%	33,33%

8.4.1. Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos

O segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos é representado pelos investimentos de 33,33% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias ("COR"), bem como a participação de 32,67% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra ("COPER").

8.4.1.1. Controlada em conjunto COR

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços relacionados com a operação de rodovias, compreendendo serviços de controle, inspeção e fiscalização de trânsito, serviços de atendimento emergencial, médico e mecânico, serviços de comunicação e informação aos usuários, serviço de arrecadação de pedágio, serviços de pesagem de veículos, serviços de manutenção de equipamentos mecânicos e eletroeletrônicos.

8.4.1.2. Controlada em conjunto COPER

Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra ("COPER"), que realiza a prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, cujo contrato de concessão para exploração da rodovia, que inicialmente iria até 28 de fevereiro de 2021, foi prorrogado para 28 de fevereiro de 2022. Entretanto, essa extensão de prazo no contrato de concessão não se aplica ao contrato entre o COPER e a Concessionária, que foi encerrado em 28 de fevereiro de 2021.

Com isto, o COPER deixa de ter qualquer atividade operacional, e o seu prazo de encerramento será o necessário para a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

8.4.2. Segmento Madeira Energia

O segmento Madeira Energia é representado pela participação da Companhia em 16,58% do capital total, sendo 49,33% do capital votante, da controlada em conjunto SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”) que, por sua vez, investe diretamente na Madeira Energia S.A. (“MESA”), com 0,07% do total de suas ações.

8.4.2.1. Controlada em conjunto SAAG

A SAAG é uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem por objetivo social a participação no capital social da Madeira Energia S.A. e é uma holding controlada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”) e a Companhia. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia possui 16,58% do capital total da SAAG.

Em 2023, os acionistas da SAAG discutiram e entenderam que a Companhia não possui mais propósito ou viabilidade operacional, não havendo interesse por parte deles na realização de novos investimentos. Diante disso, os acionistas estão atuando para que sejam adotados todos os atos necessários para a dissolução da SAAG.

8.4.2.2. Coligada indireta Madeira Energia

A Madeira Energia S.A. “MESA” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de Rio de Janeiro, e é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A., que tem como objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A sua Licença de Operação vigente (Nº 1044/2011-1ª Renovação-2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2023, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio possuía 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.313,3 MW médios de garantia física (2.313,3 MW médios em 31 de dezembro de 2023).

A garantia física da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, a partir de janeiro de 2024, será de 2.313,3 MW médios, conforme Portaria MME nº 704/GM/MME.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012, com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em janeiro de 2017 quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras – 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR correspondendo a 1.552 MW médios, com vencimento no ano de 2041. Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEAL correspondendo a 665 MW médios, com vencimento no ano de 2027.

A energia adicional, referente às 6 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A Santo Antônio Energia S.A participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEAR começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre – CCEAL com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

8.4.3. Segmento Arenas

O segmento Arenas é representado pela participação detida pela Companhia de 50% no capital social da SPE Holding Beira Rio S.A. (“BRIO”). A BRIO é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 2.500, sala 1212, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS.

O objeto social da BRIO é a renovação, reforma e modernização do Complexo Beira-Rio, situado na Av. Padre Cacique nº 891, em Porto Alegre/RS, por si ou por terceiros. Compreende a exploração comercial de cadeiras, camarotes e afins que compõe o Estádio Beira-Rio, além da exploração, incorporação e intermediação imobiliária no prazo de 20 anos. É responsável pela operação das atividades vinculadas ao Complexo Beira-Rio: (i) de Catering (alimentação e bebidas) nos bares e restaurantes atualmente existentes e a serem criados no Estádio Beira-Rio; (ii) das áreas de lojas do Complexo Beira-Rio; e (iii) do edifício garagem.

Ao final da concessão a BRIO entregará os bens adquiridos ou construídos para o Sport Club Internacional (“SCI”), não cabendo à ela qualquer indenização, direito de retenção ou compensação pela realização das obras e serviços.

Embora a BRIO não tenha obtido resultados suficientes para manutenção de seu equilíbrio financeiro, sua Administração considerou, na elaboração das demonstrações financeiras, o pressuposto da continuidade operacional. O Plano Estratégico para 2026 e declaração da Administração informando, que em caso de necessidade, os acionistas garantem os aportes necessários para a continuidade das operações da Companhia.

8.4.4. Segmento Outros

O segmento Outros é representado pelas participações de 100% do capital social da AGC Energia S.A., bem como 33,33% do capital social da Evolua Energia Participações S.A.

8.4.4.1. Controlada AGC Energia

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social participar no capital social de Companhias do segmento de energia. No decorrer do ano de 2017 a AGC Energia vendeu a totalidade de ações que detinha de CEMIG, equivalente a 6,70% do capital social. A Administração da Companhia monitora constantemente novas oportunidades de investimento para esta investida.

8.4.4.2. Controlada em conjunto Evolua Energia Participações S.A. (“Evolua”)

A Evolua é uma empresa focada no desenvolvimento, implantação e gestão comercial de projetos fotovoltaicos no setor de Geração Distribuída, e passou a integrar a relação de investimentos da Companhia em 2020. A Evolua é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG.

9. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os ativos de direito de uso são reconhecidos para representar o direito de utilizar os ativos arrendados, e os passivos de arrendamento representam o valor presente dos pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, quando o ativo subjacente está disponível para uso. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou pela vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando aplicável.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não participa, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

9.1. Composição

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utiliza uma taxa de desconto de 4,88% a. a., que representa substancialmente a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2024:

Controladora e Consolidado

Arrendamentos	31/12/2023	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2024
Direito de uso com arrendamentos							
Imóveis	111	2.512	(1.264)	-	-	-	1.359
	111	2.512	(1.264)	-	-	-	1.359
Passivos de arrendamentos							
Imóveis	126	2.512	-	164	(80)	(1.313)	1.409
	126	2.512	-	164	(80)	(1.313)	1.409

Arrendamentos	31/12/2022	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2023
Direito de uso com arrendamentos							
Imóveis	112	1.177	(1.178)	-	-	-	111
	112	1.177	(1.178)	-	-	-	111
Passivos de arrendamentos							
Imóveis	199	-	-	23	-	(96)	126
	199	-	-	23	-	(96)	126

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

10.1. Composição

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento Lei nº 11.941/09	2.351	-	2.351	-
IR/CS (a)	170.075	367.584	170.075	367.584
PIS e COFINS	407	1.895	410	1.898
IRRF	66	187	66	187
Outros	1	1	3	2
	172.900	369.667	172.905	369.671
Circulante	26.975	80.480	26.978	80.483
Não circulante	145.925	289.187	145.927	289.188
	172.900	369.667	172.905	369.671

(a) Refere-se a débitos de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados no terceiro trimestre de 2022, decorrentes, principalmente, da alienação da participação societária detida pela AGPAR na CCR. O referido montante foi parcelado em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pela taxa Selic.

Em novembro de 2024, a Companhia aderiu à renegociação de débitos tributários com a União, por meio de transação tributária firmada com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A adesão ao programa resultou em um ganho de R\$ 130.750, reconhecido no resultado financeiro do exercício.

11. DEBÊNTURES A PAGAR

11.1. Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data de sua emissão ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente considera a apropriação dos juros contratuais acordados, eventuais ajustes cambiais, quando aplicáveis, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou liquidadas, e utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio adotado pela Companhia, todas as debêntures, em 31 de dezembro de 2024, estão classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

11.2. Composição

Controladora e Consolidado

	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2024	31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Debêntures 1ª Emissão (a)	R\$	TJLP +1,65%	TJLP +1,65%	282.684	279.367
Total				282.684	279.367
Circulante				35.169	35.765
Não circulante				247.515	243.602
				282.684	279.367

Principais informações sobre a debenture, é como segue:

(a) 1ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.424.210 debêntures, escriturais, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é R\$282.684 (R\$279.367 em 31 de dezembro de 2023).

Vencimento

As debêntures vencerão em outubro de 2031, com amortização em 35 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em outubro de 2016 e a última no dia 15 de outubro de 2031.

Remuneração

Custo básico: Atualização correspondente à variação acumulada da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada de forma pro rata temporis por dias corridos, em regime de capitalização composta, incidente sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de sua integralização.

Juros: Incide sobre os saldos dos valores nominais das Debêntures, acrescidos do custo básico mencionado no item anterior, juros à taxa efetiva de 1,65% a.a., base 360 dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Del Credere: A partir da data da integralização das debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures, acrescidos do custo básico, incidirão encargos à taxa efetiva de 0,15% a.a., base 360 dias, a título de del credere, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Conversibilidade

A SUDAM, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderá optar por converter as debêntures subscritas em ações preferenciais, sem direito a voto da Companhia, respeitando o limite de 50% no montante subscrito. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a Companhia obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações obtido pela divisão do valor do montante a ser convertido pelo preço de emissão de cada ação.

O preço de conversão das ações será equivalente ao menor dos seguintes valores: (a) cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; ou (b) valor acionário decorrente de avaliação da Companhia, considerado o método de fluxo de caixa descontado, consideradas todas as participações acionárias detidas pela Companhia, segundo avaliação a ser realizada por Banco de Investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre a Companhia e a SUDAM.

O empréstimo mencionado no item (a), conta com as garantias de penhor de dividendos assim compreendidos como todos os proventos, frutos ou rendimentos de livre movimentação relativos às ações de emissão da Madeira Energia S.A. e da conta reserva equivalente a 2 vezes o serviço da dívida (principal + encargos), conforme informado no item (b) da Nota explicativa 6.

11.3. Movimentação

As movimentações das debêntures a pagar da Companhia, conciliada com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

Controladora e Consolidado

	31/12/2023	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	31/12/2024
Debêntures 1ª Emissão	279.367	(2.358)	(17.729)	23.404	282.684
	279.367	(2.358)	(17.729)	23.404	282.684

Controladora e Consolidado

	31/12/2022	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	31/12/2023
Debêntures 1ª Emissão	293.302	(5.295)	(33.367)	24.727	279.367
	293.302	(5.295)	(33.367)	24.727	279.367

11.4. Cronograma de vencimento

Os vencimentos dos empréstimos no longo prazo podem ser assim demonstrados:

Controladora e Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	35.765
2025	35.169	34.800
2026	35.169	34.800
2027	35.169	34.800
Após 2027	177.177	139.202
	282.684	279.367

12. PARTES RELACIONADAS

12.1. Composição

As transações entre a Companhia e sua controlada e controladora são realizadas em condições negociadas entre as partes, representadas por operações financeiras e comerciais, cujos resultados financeiros poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. Os detalhes sobre os principais saldos de ativos e passivos são apresentados a seguir:

Controladora

Natureza	31/12/2024		31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora Direta</i>					
Andrade Gutierrez S.A.	Mútuo	223.765	-	223.925	-
<i>Controladas em conjunto</i>					
Evolua Energia Participações S.A.	AFAC	7.566	-	-	-
SPE Holding Beira Rio S.A.	AFAC	3.609	-	-	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
Companhia Operadora de Rodovias (a)	Nota de débito	3.376	-	3.078	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	2.767	-	2.785
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	1.026	-	1.148
Telis Participações S.A.	Mútuo	28.017	-	25.429	-
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	43	-	43
Outros	Outros	162	10	40	2
		266.495	3.846	252.472	3.978

Consolidado

Natureza	31/12/2024		31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora Direta</i>					
Andrade Gutierrez S.A.	Mútuo	223.765	-	223.925	-
<i>Controladas em conjunto</i>					
Evolua Energia Participações S.A.	AFAC	7.566	-	-	-
SPE Holding Beira Rio S.A.	AFAC	3.609	-	-	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
Companhia Operadora de Rodovias (a)	Nota de débito	3.376	-	3.078	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	2.767	-	2.785
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	1.026	-	1.148
Telis Participações S.A.	Mútuo	28.017	-	25.429	-
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	43	-	43
Outros	Outros	160	37	40	5
		266.493	3.873	252.472	3.981

(a) Refere-se a repasse de custos de pessoal entre o consórcio COPER e a consorciada Companhia Operadora de Rodovias.

O Grupo AG adota a prática contábil de reconhecer os seus adiantamentos para futuro aumento de capital no Ativo, pela companhia que envia e no passivo pela companhia que recebe.

13. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

13.1. Política contábil

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, que concluem pela existência de risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações, e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração monitora periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e nas políticas internas, constitui novas provisões sempre que surgem novos processos com prognóstico de perda provável ou há uma mudança desfavorável na estimativa de perda. Por se tratar de uma revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente divulgados.

Podem existir processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são:

- a) possíveis, exigindo apenas a divulgação em nota explicativa; ou
- b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgações.

13.2. Composição

As provisões para contingências refletem a opinião de assessores jurídicos (internos e externos) de que a Companhia e sua controlada incorrem em risco provável de perda em ações judiciais de qualquer natureza.

Em 31 de dezembro de 2024, a companhia não é parte passiva em nenhum processo em que exista algum tipo de probabilidade de perdas prováveis ou possíveis, conforme analisado pelos seus assessores jurídicos.

Controladora e Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em			Provisões em		Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2022			
Trabalhistas	27	-	(27)	-		181	-
TOTAL	27	-	(27)	-		181	-

14. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com venda de ações da CCR (a)	60.516	74.035	60.516	74.035
Outros passivos	14	59	14	60
	60.530	74.094	60.530	74.095
Circulante	41.426	39.910	41.426	39.910
Não circulante	19.104	34.184	19.104	34.185
	60.530	74.094	60.530	74.095

- (a) Como parte do acordo de venda das ações da CCR para Votorantim e Itaúsa, celebrado em 5 de julho de 2022, foi firmado em 31 de outubro de 2023 instrumento contratual que prevê o pagamento, pela Companhia, de perdas indenizáveis, no valor de R\$ 50.363.953,77, aos adquirentes. O valor será pago em 30 parcelas mensais consecutivas, ajustadas pela variação acumulada da SELIC, a partir de 31 de dezembro de 2022, com vencimento da primeira parcela em 5 de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado corresponde a R\$ 43.462 (R\$ 56.981 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, em decorrência da conclusão dessa venda, foi acordado o pagamento de participação nos resultados da venda a administradores e colaboradores da Companhia, no montante de R\$ 17.054.

15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

15.1. Política contábil

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do exercício. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço, e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas para o cálculo dos impostos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas sobre as diferenças temporárias quando elas se reverterem, com base nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentado em projeções internas da Companhia.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exigível de compensar ativos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando se referem a impostos sobre a renda cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais esses prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizado, limitado a 30% do lucro tributável anual.

15.2. Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	465.426	(26.519)	(4.574)	(26.519)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	(158.245)	9.016	1.555	9.016
(Adições) exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	150.927	(4.035)	(8.863)	(4.027)
Provisões	-	9	-	9
Outras adições	(6)	(377)	(16)	(377)
Desconto de juros e multas em transação tributária (a)	44.455	-	44.455	-
Outras exclusões	-	5.395	-	5.387
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não constituídos	-	(10.008)	-	(10.008)
Constituição de prejuízo fiscal de anos anteriores (b)	209.160	-	679.160	-
	404.536	(9.016)	714.736	(9.016)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	246.291	-	716.291	-
Corrente	-	-	-	-
Diferidos	246.291	-	716.291	-
	246.291	-	716.291	-
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	-52,92%	0,00%	15660,06%	0,00%

- (a) Ganho referente a renegociação de débitos tributários com a União firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em novembro de 2024;
- (b) A Companhia, juntamente com sua controlada AGC Energia reconheceram ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, que não haviam sido constituídos no passado em razão da ausência de expectativa consistente de sua utilização. Em 2024, em função da renegociação dos débitos tributários junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como demais acordos firmados no âmbito do Grupo Andrade Gutierrez, passou-se a considerar viável a realização desses créditos fiscais no contexto do grupo econômico.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital Social

O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Controladora	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Acionistas				
Andrade Gutierrez S.A.	1.292.388	99,99938%	1.292.388	99,99938%
Ações em tesouraria (a)	8	0,00062%	8	0,00062%
	1.292.396	100%	1.292.396	100%

O valor nominal de cada ação é R\$0,001839 totalizando R\$2.377, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

- (a) Em fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a recompra de ações de sua própria emissão, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo de ações em tesouraria é de R\$85, correspondente a 7.684 ações ordinárias e 714 ações preferenciais.

16.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16.3. Reserva de lucros – reserva estatutária

Efetuada a destinação do valor da reserva legal, e atendida a distribuição mínima de dividendos, a reserva estatutária é constituída à alíquota de 71,25% sobre o resultado líquido do exercício remanescente, conforme artigo 164 da Lei nº 6.404/76, respeitando em qualquer caso o limite global do art. 199 da Lei nº 6.404/76.

16.4. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação. A compensação de prejuízos ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de Lucros Acumulados e das demais Reservas de Lucro (parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76).

Em 31 de dezembro de 2024, o conselho de administração deliberou a distribuição de R\$ 613.956, equivalentes a R\$ 0,2262 por ação ordinária e R\$ 0,2488 por ação preferencial.

16.5. Resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes inclui diversos eventos que impactam diretamente o patrimônio líquido da empresa, tais como variações cambiais de investimentos no exterior, ajustes de avaliação patrimonial, ganhos e perdas atuariais, e variação no percentual de participação em investimentos controlados pela Companhia e suas controladas. Esses eventos são considerados parte integrante dos resultados abrangentes, proporcionando uma visão mais ampla e detalhada da performance financeira da empresa.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

17.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, sendo registrados conforme sua relação com a realização das receitas. Despesas pagas antecipadamente que se relacionam a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

17.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(31)	(30)	(31)	(30)
Depreciação e amortização	(1.264)	(1.178)	(1.264)	(1.178)
Salários e encargos sociais	(4.231)	(26.998)	(4.231)	(26.998)
Contratação de serviços de terceiros	(2.057)	(3.429)	(2.083)	(3.453)
Impostos, taxas e encargos	(16)	(23)	(16)	(22)
Outros	(458)	(293)	(460)	(294)
Total	(8.057)	(31.951)	(8.085)	(31.975)

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO

O saldo da rubrica Outras receitas (despesas) operacionais é composto por:

Controladora e Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
Perdas indenizáveis (a)	-	(50.363)
Ganho na variação do percentual de participação em investidas	-	14.663
Outras despesas	(3)	(2)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	(3)	(35.702)

a) Refere-se à perdas indenizáveis resultantes da venda das ações CCR (ver nota explicativa n.º 14).

19. RESULTADO FINANCEIRO

19.1 Composição

O resultado financeiro é composto por:

Controladora e Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	71.448	102.769
Juros sobre créditos com partes relacionadas	2.589	28.316
Acordo de Transação Tributária (a)	130.750	-
Outras receitas financeiras	84	344
	204.871	131.429
Despesas financeiras		
Ajuste de ativos financeiros a valor justo	(108.111)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.404)	(24.727)
Atualização monetária demais passivos	(40.314)	(47.562)
Outras despesas financeiras	(3.459)	(6.137)
	(175.288)	(78.426)
Total das receitas e despesas financeiras, líquido	29.583	53.003

(a) Ganho referente a renegociação de débitos tributários com a União firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em novembro de 2024.

20. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

20.1 Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

20.2. Resultado básico por ação

Considerando a média ponderada da quantidade de ações em circulação nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023, o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

Resultado básico por ação (Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	711.717	(26.519)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	711.717	(26.519)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	222.415	(8.287)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	489.302	(18.232)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	711.717	(26.519)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.803	430.803
Média ponderada de número de ações preferenciais	861.585	861.585
Total	1.292.388	1.292.388
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	0,5163	(0,0192)
por ação preferencial	0,5679	(0,0212)

20.3. Resultado diluído por ação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o resultado básico por ação pode ser diluído, em função da conversibilidade das debêntures, referentes a 1º emissão da Companhia, e os cálculos podem ser assim demonstrados:

Resultado diluído por ação (Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	711.717	(26.519)
(+) Juros aos detentores de instrumentos conversíveis	15.447	16.320
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	727.164	(10.199)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	201.882	(7.476)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	525.282	(2.723)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	727.164	(10.199)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.803	430.803
Média ponderada de número de ações preferenciais	989.051	997.548
Total	1.419.854	1.428.351
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	0,4686	(0,0174)
por ação preferencial	0,5311	(0,0027)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são inicialmente reconhecidos na data de origem. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia e sua controlada geralmente é realizada pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componentes significativos de financiamento são mensurados inicialmente pelo preço da transação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

- Custo amortizado: quando são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: para ativos financeiros que não se enquadrem em nenhum dos critérios anteriores.

Passivos financeiros

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia e sua controlada podem reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

Controladora

	Nível	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	408	2.683	359	5.590
Títulos e valores mobiliários	2	650.337	1.243	730.854	17.004
Créditos com partes relacionadas	1	238.478	28.017	227.043	25.429
		889.223	31.943	958.256	48.023
Passivos					
Debêntures a pagar		-	282.684	-	279.367
Fornecedores e subempreiteiros		-	545	-	625
Passivos de arrendamentos		-	1.409	-	126
Débitos com partes relacionadas	1	3.846	-	3.978	-
		3.846	284.638	3.978	280.118

Consolidado

	Nível	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	420	2.683	371	5.590
Títulos e valores mobiliários	2	650.337	1.243	730.854	17.004
Créditos com partes relacionadas	1	238.476	28.017	227.043	25.429
		889.233	31.943	958.268	48.023
Passivos					
Debêntures a pagar		-	282.684	-	279.367
Fornecedores e subempreiteiros		-	582	-	663
Passivos de arrendamentos		-	1.409	-	126
Débitos com partes relacionadas	1	3.873	-	3.981	-
		3.873	284.675	3.981	280.156

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e

Nível 3: Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

b) Gerenciamento de riscos

Os mapeamentos de riscos foram segregados em duas categorias: (i) Risco de capital, que é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (ii) Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

i. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as Companhias Companhias que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures a pagar	282.684	279.367	282.684	279.367
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(654.671)	(753.807)	(654.683)	(753.819)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	(371.987)	(474.440)	(371.999)	(474.452)
Patrimônio líquido ("PL")	480.642	378.188	480.642	378.188
DL / PL	-77,39%	-125,45%	-77,40%	-125,45%

ii. Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em fundo de investimentos, CDB's e saldo de partes relacionadas. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia está exposto ao risco de perda no valor original aplicado, portanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos. Além das debêntures e partes relacionadas.

Análise de sensibilidade da exposição à taxa juros

Com base nas projeções de longo prazo do banco Bradesco, divulgado em 6 de fevereiro de 2025, a Companhia adotou como cenário base, a taxa DI estimada de 14,83% a.a. para 31 de dezembro de 2025 (Cenário atual taxa 11,77% a.a.). Os efeitos das variações deste índice no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2025, foi efetuada a partir da média ponderada dos contratos em aberto atrelados à Taxa DI, em três cenários. Provável, aumento de 25% e 50%, em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II e III, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2024	Período até 31 de dezembro de 2025		
		Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	Taxa DI	11,77%	14,83%	18,54%	22,25%

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Controladora e Consolidado

	Risco	31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
		Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativos expostos					
Caixa e equivalente de caixa	Taxa DI	2.683	398	498	597
Títulos e valores mobiliários	Taxa DI	1.243	182	228	273
Crédito com partes relacionadas	Taxa DI	28.017	4.155	5.194	6.233
Total exposição do ativo		31.943	4.735	5.920	7.103
Exposição efeito líquido (resultado)			4.735	5.920	7.103

22. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2024 e 2023 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aumento de capital na investida Evolua	-	16.093
Dividendos recebidos proveniente de ativo diferido da investida AGC Energia S.A.	467.550	-
Dividendos pagos com saldo de ativo diferido	(613.956)	-
	(146.406)	16.093

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária a controlada em conjunto SAAG aprovou a dissolução de pleno direito e a sua entrada em liquidação por prazo indeterminado, nos termos do artigo 206, inciso I, alínea "c", da Lei das 6.404/76 e do artigo 34 do Estatuto Social, devendo na Liquidação ser apurado e realizado o ativo; identificado e pago o passivo; e, partilhado o eventual ativo remanescente entre os acionistas.

DIRETORES

Renato Torres de Faria - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
 José Henrique Braga Polido Lopes - Diretor de Investimentos
 Saulo Alves Pereira Júnior - Diretor de Investimentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Coutinho de Sena – Presidente
 Cláudio José de Castro Miserani
 Paulo Roberto Reckziegel Guedes
 Renato Torres de Faria

CONTADOR RESPONSÁVEL

Phillip Teixeira de Lima
 CRC MG-105.294/O-4